

Ata da 11ª Reunião Mensal - CADES REGIONAL CAMPO LIMPO

São Paulo, 13 de dezembro de 2022.

Local: Auditório da Subprefeitura Campo Limpo.

Rua Nossa Senhora do Bom Conselho, 59, São Paulo - SP.

Horário: Primeira chamada, 19h. Início das atividades: 19:30.

Nome	Representatividade	Presença
Alan Eduardo Amaral Sebastião	Subprefeito Campo Limpo (Presidente)	Ausente
Devair Paulo Andrade	Chefe de Gabinete Subprefeitura Campo Limpo	Ausente
Luiz Carlos Smith Pepe	Coordenador de Governo Local	Ausente
Alexandre Alves	Comunicação Subprefeitura Campo Limpo	Ausente
Eduardo Bezerra	Conselheiro titular - Subprefeitura Campo Limpo (Coordenador)	Presente
Tháila de Castro	Subprefeitura do Campo Limpo	Presente
Lucas Teixeira	Conselheiro titular - SVMA	Ausente
Isabel Cristina M. Vieira	Conselheira titular - Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania	Ausente
Rafael Amaro	Conselheiro titular - Secretaria Municipal de Esportes e Lazer - SEME	Presente
Ana C. Kanashiro	Conselheira suplente - Subprefeitura Campo Limpo	Ausente
Bruno Vicente Pimentel	Conselheira suplente - Secretaria Direitos Humanos e Cidadania	Ausente
Debora Lelly X. Oliveira	Conselheira suplente - Secretaria Municipal Esportes Lazer SEME	Ausente
Fernanda Costa	Conselheira suplente - SVMA	Ausente
Amanda Campos	Conselheira titular - Sociedade civil	Ausente
Adriana Guimarães	Conselheira titular - Sociedade civil	Presente
Rosângela Vieira Souza	Conselheira titular - Sociedade civil	Presente
Oscar Lira	Conselheiro titular - Sociedade civil (1º secretário)	Presente
Michele de Souza	Conselheira titular - Sociedade civil (Coordenadora adjunto)	Ausente
Camila Barreto	Conselheira titular - Sociedade civil (2ª secretária)	Ausente
Else Gimenez	Conselheira titular - Sociedade civil	Ausente
Aparecido Marques	Conselheira titular - Sociedade civil	Ausente
Tereza Cristina Mesquita	Conselheira suplente - Sociedade civil	Ausente
Ely Dias	Conselheira suplente - Sociedade civil	Ausente
Natacha Roseli	Sociedade Civil	Presente
Geaese Oliveira	Sociedade Civil	Presente

Pauta

1. Validação da ata da 10ª reunião, realizada no dia 08 de novembro de 2022, no formato presencial;
2. PANPLAVEL;
3. Temas diversos não definidos;

Às 19:30, foi iniciada a reunião pelo Sr. Eduardo Bezerra.

Devido à ausência da conselheira que traria algumas informações sobre o PLANPLAVEL, passou-se aos temas diversos.

Foi novamente questionada a ausência do subprefeito Alan Amaral nas reuniões do CADES. O grupo entende que, esporadicamente, devido a conflito de agenda e outros compromissos, sua ausência seja justificada, porém o fato é que o Sr. Alan não compareceu em nenhuma reunião no decorrer de todo o ano de 2022. A presença do subprefeito na sua atribuição de presidente do conselho é importante e necessária, demonstrando assim, comprometimento, compromisso e valorizando a participação social, como assim preconiza a atual gestão do prefeito Ricardo Nunes.

Em seguida, foi trazido por um dos conselheiros um tema que gerou muito desagrado à sociedade civil e aos membros do CADES, que é a implantação de um Clube da Comunidade – CDC, dentro da área Parque Municipal Horto do Ipê. Segundo informações extra oficiais, o espaço teria sido cedido a uma Associação de Direito Privado, com aval da Subprefeitura e SVMA, via emenda parlamentar do Vereador Milton Leite, sob a justificativa de que o uso do espaço público seria em benefício da comunidade local. Os membros do CADES questionaram a falta de transparência e de informações sobre essa obra. O representante público (coordenador do CADES), nos esclareceu que o setor responsável por obras da Subprefeitura recebe muitas demandas e todas que estão aprovadas e licenciadas entram em processo de execução, não sendo uma obrigação a comunicação aos conselhos locais essas informações, já que o processo seguiu o fluxo normal e foi aprovado. Os membros se posicionaram e alegaram que isso desestimula a participação social e enfraquece os conselhos municipais. Temas relacionados ao “verde”, meio ambiente e parques deveriam ser discutidos no âmbito do CADES. Se não há apresentação e discussão com o conselho sobre iniciativas como essa, os membros sentem-se desprezados pelo poder público e entendem estarem sendo usados para referendar atos com os quais muitas vezes não concordam. Se o conselho não é consultado sobre esses atos, não recebe as informações necessárias para atuar, entende-se que sua atuação é apenas figurativa, gerando todo tipo de desconfiança sobre o objetivo final da Prefeitura Municipal de São Paulo e suas subprefeituras. Foi descrita a luta para obtenção de informações por parte de diversas associações do entorno do Parque Horto do Ipê, que se reuniram para discutir o assunto e tentar entender o que estava acontecendo e obter mais informações. Portanto, entende-se que o projeto vem ocorrendo de forma não transparente e apressada, sem consulta à comunidade local, em local inadequado. Destacou-se que o local em questão, além de estar destinado a ser a sede do parque, possuía diversas árvores saudáveis que foram suprimidas rapidamente. Sendo assim, os conselheiros questionaram a autorização concedida para derrubada dessas dezenas de

árvores do local, solicitando que sejam disponibilizados os laudos e autorizações para essa ação para a sociedade civil. Além disso, ressaltou-se a pré-existência de um projeto base para o parque, que foi elaborado pelo poder público e que indicava locais adequados para construção de equipamentos desse tipo, além de áreas para recreação infantil, pista de caminhada, pergolados entre outros, que não implicaria no corte de vegetação em área que deveria ser protegida pelo poder público. Durante esta reunião, não foi possível obter informações ou explicação plausível para o que foi aprovado, o que será de fato construído no local e quem será beneficiado com esse CDC. Assim, decidiu-se pela elaboração de um documento a ser encaminhado para a SVMA solicitando esclarecimentos sobre o projeto em curso, solicitando a autorização concedida para o corte das árvores no local e explicações sobre a tramitação de pedidos e autorizações de cortes de árvores e obras em áreas de preservação no Campo Limpo.

Iniciou-se discussão sobre os processos de desapropriação das áreas invadidas dentro dos parques do território. Foi mencionado que caso a SVMA não tenha aberto esses processos, mesmo com tanta solicitação e documentação comprovando a necessidade, processos de prevaricação e improbidade administrativa já podem ser instaurados contra os responsáveis desta pasta.

Tratou-se também da disposição irregular de resíduos e lixo no território do Campo Limpo, especialmente no que tange a depósitos irregulares de materiais para reciclagem. Os conselheiros alertaram a subprefeitura que a situação já está muito além do aceitável e cobraram ações urgente para a regularização dessa situação. A prefeitura informou que realiza ações de fiscalização para cobrar documentação e, ao final de 90 dias ocorrem as ações de desfazimento, caso a situação esteja irregular. Os conselheiros relataram que se essas ações estão de fato ocorrendo, eles estão em ritmo insuficiente porque há locais onde estão implantados depósitos gigantescos de lixo, sem nenhuma fiscalização, nem desfazimento.

Portanto, além do ofício anteriormente citado, decidiu-se pela elaboração de outros documentos a serem encaminhados:

1. À SVMA e Subprefeitura – Solicitando que o CADES seja informado sobre planos, requerimentos de corte em áreas protegidas, plantios na região entre outros temas sobre os quais este conselho deveria poder opinar;
2. À SVMA – Cobrando um posicionamento por parte da SVMA sobre a implantação dos Parques do território, dentre eles os Parques Itapaiuna e Horto do Ipê, que estão em “fase de implantação”. Qual o status da implantação;
3. À SVMA e Subprefeitura – Esclarecimento sobre as desapropriações das invasões em áreas públicas na região do Campo Limpo, em áreas de risco, destinadas à parques e/ou áreas de preservação permanente (cf. Código Florestal). Quais são os processos movidos pela SVMA e em que fase estão?
4. À SVMA e Subprefeitura – Solicitar informações sobre Regularização Fundiária no Campo Limpo. Quais locais e dados completos estão disponíveis para o território da Subprefeitura do Campo Limpo?
5. À Subprefeitura, solicitar o mapeamento dos pontos viciados de lixo no território para que o CADES possa fazer o acompanhamento das ações.

Membros do conselho não contentes com a baixa produtividade do grupo e do poder público, questionaram as funções do CADES e sua real funcionalidade. Discutiu-se que o poder público é quem de fato conhece as necessidades do território mais a fundo e, também, toda a burocracia envolvida. Nesse sentido, os conselheiros solicitaram que a própria Subprefeitura traga um tema que esteja sendo demandado no território por reunião para que essas demandas sejam discutidas e que os membros do CADES possam juntos pensar em soluções e ações possíveis.

Para a próxima reunião será analisada a possibilidade de trazer pessoas ligadas a reciclagem de grandes volumes no território e profissionais que tem projetos de ciclofaixas ecologicamente corretas com conceitos ESG para explanar tais assuntos.

Houve uma leitura da ata anterior, onde será revisada e a mesma aprovada sem ressalvas.